



## Direito à saúde e à vida para a juventude

Ellen Machado Rodrigues

A saúde é uma das condições necessárias à vida digna e, portanto, se impõe como direito humano fundamental. O reconhecimento dos direitos à saúde e à vida no Brasil cava raízes nos movimentos sociais que tiveram lugar na cena social e política do país durante as décadas de 1970 e 80. Aquele foi um período “divisor de águas” em nossa história, caracterizado pela participação inusitada do povo e pela inédita conquista do direito a ter direitos firmada na Constituição Federal de 1988, apelidada Constituição Cidadã.

Para dar concretude ao direito à saúde, são necessárias ações voltadas para as diversas

dimensões que compõem a vida e os ambientes onde ela acontece. O Sistema Único de Saúde (SUS) reúne parte destas ações, aquelas destinadas à proteção e manutenção da vida. O SUS é um projeto social único no conjunto dos países considerados subdesenvolvidos, e seus princípios de universalidade, integralidade e equidade dão sentido às ações executadas. Em que pesem as dificuldades estruturais de implementação de um projeto de tal envergadura, alcançamos um nível de acesso a saúde através da operação deste sistema que vai muito além da retórica e do terreno das intenções. Atualmente, 64% da população brasileira têm acesso a Saúde da Família e somente em 2014 foram realizadas mais de 1 bilhão de consultas médicas e 11 milhões de internações pelo SUS. São números gigantes que refletem o tamanho do Brasil e das necessidades de sua população.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção integral para as crianças e os adolescentes que, sem distinção de raça, cor, ou classe social, devem ser reconhecidos como sujeitos de

direitos. Em seu artigo 11, após reformulação, o ECA passou a assegurar a assistência integral à saúde pelo SUS, garantindo o acesso universal e igualitário à todas as ações voltadas para proteção e recuperação da saúde de crianças e adolescentes.

Apesar dos inegáveis avanços, numerosos desafios ainda se impõe. Em contraste com uma situação de amplo acesso aos equipamentos de saúde, há um vazio de políticas de prevenção para as questões específicas que afetam a saúde de jovens na atualidade. Por ser considerada uma população predominantemente saudável, acabam carecendo de atenção necessária à saúde. É surpreendentemente elevado o número de adoecimentos, danos irreversíveis e mesmo mortes nesta faixa etária o que revela a vulnerabilidade a que estão expostos e a necessidade premente de políticas voltadas para sua proteção. A juventude é exatamente o momento da vida em que se consolidam identidades e se constroem estratégias pessoais de autonomia e emancipação. Buscar a preservação da saúde e a defesa da vida desta população deve ser encarado, portanto,

como um dos objetivos da mais alta relevância – é a garantia de permanência do potencial inventivo de novas realidades, um rico manancial capaz de inundar de forma positiva a realidade para nossa sociedade como um todo.

## Violência abreviando vidas

A violência é uma das grandes causas de mortes no Brasil, mas é espantoso o modo como ela se concentra sobre a população jovem, particularmente negra e com baixa escolaridade. De acordo com dados de mortalidade obtidos no DATASUS do Ministério da Saúde, enquanto a mortalidade geral da população cai progressivamente a cada ano, o número de mortes na faixa etária de 15 a 29 anos apresenta crescimento de cerca de 7% ao ano desde 2004, sendo que entre 15 e 19 anos esta taxa chega a 15%. Mais de 70% das mortes entre jovens são decorrentes de causas externas o que inclui acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e intoxicações graves por drogas entre outras.

Os homicídios são de longe a principal causa, atingindo especialmente a faixa etária de 13 a 21 anos, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias de grandes centros urbanos. Entre os mais de 56 mil mortos por homicídios em 2012, mais da metade eram jovens e destes, 77% negros e mais de 90% do sexo masculino.

Em vista disto, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, que se reflete em centenas de anos de vida perdidos. Some-se a isto a geração de dor e sofrimento a milhares de famílias e comunidades, marcando com a experiência negativa da perda violenta de alguém toda uma

geração de jovens brasileiros: pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude observou que 51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta. O enfrentamento a esta questão exige uma grande mobilização de poder público e da sociedade para garantir o direito do jovem a viver.

## Saúde sexual e direitos reprodutivos

A sexualidade é um componente intrínseco do ser humano e é fundamental na saúde, que transcende o aspecto meramente biológico, envolvendo dimensões também psíquicas e subjetivas bem como aspectos sociais e fortemente influenciada pela moral e pela cultura. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS) evidenciou que o início da vida sexual entre as mulheres ocorre em torno dos 12 anos, com pico aos 16, sendo que até os 15 anos 33% das mulheres pesquisadas já haviam tido relações sexuais. Entre os homens, o início é mais frequente entre 15 e 17 anos.

Embora estejamos em pleno século XXI, o tema da sexualidade é envolvido por uma série de preconceitos e estigmas que dificultam a adoção de medidas para promoção de uma vida sexual segura e saudável. O conjunto hegemônico de valores amalgama uma cultura sexista, onde o masculino representa a virilidade e o poder, enquanto o feminino é associado à fraqueza e dependência. A sexualidade feminina fica submissa à reprodução, como decorrência da natureza da mulher, e o campo mais amplo da sexualidade seria essencialmente masculino, relacionado à natureza do

homem. Nesse contexto, jovens de ambos os sexos encontram baixo reconhecimento social como pessoas sexuadas, livres e autônomas, estando submetidas a situações de vulnerabilidade no plano pessoal, social, e institucional e a interdições pessoais diversas que repercutem em sua saúde sexual e reprodutiva.

## Reemergência da AIDS entre jovens

O Brasil é considerado referência mundial em políticas de combate à AIDS, doença causada pela infecção pelo vírus HIV cuja transmissão ocorre predominantemente por via sexual. A situação da doença no Brasil está estabilizada, embora cerca de 40 mil novos casos sejam descobertos ao ano. O que vem sendo motivo de maior preocupação é o crescimento de casos entre a população jovem. Em 2004, a taxa de detecção entre pessoas com idade entre 15 a 24 anos era de 9,5 casos a cada 100 mil habitantes, o que equivale a cerca de 3,4 mil casos naquele ano. Já em 2014, esse número foi de 4,6 mil casos, representando um aumento de 41% na taxa de detecção nessa população.

O crescimento no número de casos de infecção por HIV acontece apesar de os jovens demonstrarem um elevado conhecimento sobre formas de prevenção. Acredita-se que com o controle da epidemia e com o advento do tratamento, pelo qual se tornou possível a redução da mortalidade pela infecção, emergiu especialmente entre as pessoas mais jovens e que não conviveram com as situações dramáticas durante o auge da epidemia, a sensação de que a doença não exige preocupação ou até mesmo que ela não existe. Muito longe disto, a AIDS segue sendo uma das doenças mais

graves existentes e para a qual não existe cura até o momento. O tratamento, embora tenha proporcionado avanços quanto ao curso da doença, é acompanhado por importantes efeitos colaterais de difícil tolerância. Por mais que tenha

Além deste grau de elevação no número de casos, chama atenção a comparação entre os sexos para os jovens com idade entre 13 a 19 anos: esta é a única faixa etária em que o número de casos de AIDS é maior entre as mulheres do que entre os homens. Os dados revelam, ainda, que mais de metade dos casos em mulheres são entre aquelas que não têm nenhuma escolaridade e entre aquelas que não concluíram o ensino fundamental. Numerosos fatores são elencados para explicar a chamada feminização da infecção por HIV, mas merece especial destaque o papel exercido pela desigualdade de gênero no aumento da vulnerabilidade das mulheres a esta doença.

A prática heterossexual parece ser o principal meio de contaminação feminina por doenças sexualmente transmissíveis (DST), entre as quais figura a AIDS. A assimetria existente entre homens e mulheres no que se refere aos próprios corpos e a sexualidade impõe a elas obstáculos até mesmo para o simples uso de preservativos. Sabe-se que a exigência por camisinha durante o sexo é muitas vezes abandonada pelas mulheres em função do risco de violência a que estão submetidas caso o façam. Os entraves postos na negociação do sexo protegido, independentemente do grau de instrução, poder aquisitivo ou autonomia financeira. Adicionalmente, o uso de preservativos, sejam masculinos ou femininos, pode ser inviabilizado por preconceitos e tabus referentes a seu porte e oferta por parte das mulheres.

## Gravidez precoce e mortalidade materna

No Brasil, a taxa de fecundidade específica, na faixa etária de 15 a 19, vem diminuindo progressivamente nos últimos anos. Entretanto, continua preocupante a gravidez em adolescentes, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Conforme dados do IBGE/PINAD/IPEA na série histórica 1992 a 2006, a taxa de fecundidade adolescente, em 2006, cresceu em 0,14 no quintil mais baixo economicamente, contrastando com o comportamento geral de queda. A análise sobre partos realizados em serviços de saúde no SUS, aproximadamente 56% do total daqueles entre mulheres de 10 a 24 anos, 42% foram de jovens de 15 a 19 anos. Esse panorama aponta para a necessidade de que as políticas públicas, notadamente as de saúde, dirijam um olhar especial para as necessidades e as demandas específicas em saúde reprodutiva dessa população, que atuem na redução da vulnerabilidade ocasionada por situações onde as variáveis de garantia de direitos e de inserção social podem ser desfavoráveis para a sua qualidade de vida.

Um aspecto que deve ser analisado frente a gestação durante a adolescência e que inexoravelmente irá atingir estas mulheres é a mortalidade materna. Em torno de 16% do total de mortes por causas relacionadas a gravidez, parto ou pós-parto acometem adolescentes, sendo mais frequente entre negras (mais de 60% dos casos). Além das causas diretamente decorrentes da gestação ou parto, o aborto inseguro é uma causa importante relacionada aos

índices de mortalidade materna entre jovens, sobretudo, as pobres que sofrem mais dramaticamente as consequências das deficiências no cuidado a saúde reprodutiva e do impacto das condições de vida no estado de saúde. É inadiável a integração entre políticas sociais que propiciem às mulheres jovens, condições para escolha do melhor momento para a maternidade e para viver com segurança a gestação e o parto, antes que óbitos por causas evitáveis firmem irremediavelmente seu direito à saúde.

## Em defesa da vida da juventude brasileira

*A população jovem têm deparado com incontáveis barreiras à condições de vida digna com interferências intensas sobre seu desenvolvimento, físico, psíquico e social. O processo de saúde-adoecimento está intimamente relacionado a múltiplos determinantes sociais e a modos de vida envolvidos na gênese, no desenvolvimento e na perpetuação dos problemas que afetam a saúde. Para a defesa da vida e do pleno direito de bem viver é necessário que haja forte articulação entre diversos setores e políticas públicas, integrando estratégias voltadas para a prevenção de danos e promoção da saúde, individual e coletiva. O envolvimento de sujeitos e coletivos, desenvolvendo a autonomia e a participação conjunta na construção de ambientes mais humanos, eleva o potencial para redução de adoecimentos e mortes precoces bem como é uma forma de favorecer a sustentabilidade e a efetividade das ações.*

Ellen Machado Rodrigues